Fundação Getulio VargasTópico: IBRE19/09/2007Impacto: PositivoCm/Col: 0Gazeta em Tempo Real - SPEditoria: NotíciasPg: Online

## Erradicação da miséria custa apenas R\$ 12

(Sabrina Lorenzi)

RIO, 19 de setembro de 2007 - A erradicação da miséria no Brasil custa apenas R\$ 11,62 mensais para cada brasileiro não pobre, calcula a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A "mesada" completaria a renda dos 33 milhões de pobres de maneira estes que tivessem o mínimo para sobreviver - o mínimo, segundo a linha de pobreza da FGV, é R\$ 119 (ou R\$ 125 em São Paulo). A conclusão reitera a crítica do chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV, Marcelo Neri, sobre os critérios de combate à pobreza no País. O especialista é, como ele mesmo se define, fã do Bolsa Família, mas um crítico contundente do aumento do salário mínimo e da Previdência Social como formas de distribuir renda.

"Continuamos a jogar dinheiro de helicóptero, a diferença é que agora as portas dos helicópteros se abrem também sobre os grotões de pobreza e as favelas, territórios não contemplados pelas políticas anteriores", diz a pesquisa "Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula", que a Gazeta Mercantil antecipou na edição de ontem. Cada pobre precisa em média de R\$ 48,5 por mês para sair da miséria. Como a maioria da população não vive na pobreza, essa quantia pode ser diluída entre as pessoas que não amargam a miséria.

O caso dos estados que mais aumentaram a renda ilustram bem o que a metáfora do helicóptero sugere. Maranhão e Alagoas lideraram os ganhos de renda no ano passado, mas, apesar disso, foram os que menos reduziram a miséria entre os demais. A renda per capita dos maranhenses e alagoanos cresceu, respectivamente, 33, 74% e 29,41%. A pobreza recuou 9,73% e 11,3%. "Houve aumento da desigualdade no Nordeste, talvez, porque quem ganha salário mínimo, lá, está entre os mais ricos", afirmou Neri.

"Cada real que se gasta com o Bolsa Família reduz a pobreza duas vezes e meia mais do que o gasto com o salário mínimo. E o Bolsa Família custa apenas 1% do PIB, enquanto, a Previdência consome 12% do PIB", defende o pesquisador.(Gazeta Mercantil)